

“HOJE EU RESOLVI DEIXAR O MUNDO”: narrativas de suicídio em Guarapuava-PR nos anos 1950

Kety Carla De March

RESUMO: Este artigo analisa inquéritos policiais sobre mortes consideradas pela polícia como suicídio em Guarapuava, região central do Estado do Paraná, na década de 1950. Buscamos problematizar as construções discursivas dos suicidas, nas vezes em que deixaram cartas, e das testemunhas ouvidas no inquérito a respeito da morte auto infringida. Essas narrativas sobre a morte estavam permeadas de justificativas para o ato cometido e nelas pudemos adentrar ao espaço do que chamamos de “hierarquia da dor”, ou, aquilo que era considerado como motivo legítimo para uma ação entendida como extrema. Numa sociedade da medicalização dos corpos em que o objetivo principal é postergar ao máximo a morte, o que poderia explicar um suicídio? As narrativas permitem conhecer os aspectos sociais que exerciam pressões sobre os indivíduos e que eram partilhados entre estes e associados especialmente à incapacidade de realização diante dos papéis sociais e sexuais, o que exige diálogo com a categoria analítica de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio; Gênero; Masculinidades; Feminilidades.

"Today i solved to leave the world": suicide narratives in Guarapuava-PR 1950's

ABSTRACT: This article analyzes police inquiries of deaths considered by the police as suicide in Guarapuava, central region of the Paraná State 1950's. We seek to problematize the discursive constructions of the suicides, when they left letters, and of the witnesses heard in the investigation concerning self-inflicted death. These narratives about death were permeated with justifications for the act committed and we could enter into the space of what we call the "hierarchy of pain" or, what was considered a legitimate motive for extreme action. In a society of the medicalization of bodies in which the main objective is to postpone death to the maximum extent, what could explain a suicide? The narratives allow to know the social aspects that exerted pressures on the individuals and that they were shared among them and especially associated to the incapacity of realization before the social and sexual roles, which requires dialogue with the analytical category of gender.

KEYWORDS: Suicide; Gender; Masculinities; Feminities.

"Hoy decidí dejar el mundo": las narrativas del suicidio en Guarapuava-PR en los años 1950

RESUMEN: En este artículo se analizan las investigaciones policiales de muertes consideradas por la policía como suicidas en Guarapuava, región central del estado de Paraná 1950. Tratamos de problematizar las construcciones discursivas de los suicidas, cuando dejaron cartas, y de los testigos oídos en la investigación sobre la muerte autoinfligida. Estas narraciones sobre la muerte estaban impregnadas de justificaciones para el acto cometido y podíamos entrar en el espacio de lo que llamamos la "jerarquía del dolor" o, lo que se consideraba un motivo legítimo para la acción extrema. En una sociedad de medicalización de cuerpos en la que el objetivo principal es posponer la muerte al máximo, ¿qué podría explicar un suicidio? Los relatos permiten conocer los aspectos sociales que ejercieron presiones sobre los individuos y que fueron compartidos entre ellos y especialmente asociados a la incapacidad de realización ante los roles sociales y sexuales, lo que requiere diálogo con la categoría analítica de género.

PALABRAS CLAVE: Suicidio; Género; Masculinidades; Feminidades.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora colaboradora na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Contato: Rua Salvatore Renna - Padre Salvador, 875, Santa Cruz, Cx. Postal 730. CEP 85015-430, Guarapuava-PR, Brasil. kety_historia@yahoo.com.br.

O suicídio como objeto histórico

A pesquisa histórica, como já nos ensinavam os historiadores de meados do século XX, tem como eixo norteador o interesse produzido no pesquisador por um determinado assunto vinculado ao tempo presente. Procura-se com ela, como pesquisador, adentrar e transpassar o campo da curiosidade que o guiou ao objeto e colocar-se diante de uma série de escolhas que permitam que ele possa problematizar contextualmente o objeto de seu interesse. Dialogar com o tempo presente, e as questões incômodas desse tempo, faz parte do ofício do historiador. Sendo assim, buscamos adentrar a um tema que tem motivado pesquisas em várias áreas do conhecimento, especialmente na área da saúde mental e que, aos poucos, vai se colocando como temática também entre os historiadores. Trata-se do suicídio, tema que costuma povoar o imaginário religioso e cultural das mais variadas sociedades nas suas mais variadas interpretações, atingindo diferentes contextos históricos e sociais.

O medo da morte e da possível “danação eterna” fazem parte da constituição dos sujeitos históricos. Para Francis Wolff, a temática da morte - e do medo desta - surge nas conversas cotidianas, ou nos trabalhos acadêmicos, de maneira camuflada. Essa negação do pensar sobre a morte seria resultado de um comportamento individualista moderno, retirando a morte do nível dos chamados “medos seculares”. Individualizando a morte, individualizamos também o medo que temos dela e do que está por vir. O medo da chegada da morte “constituiu, ao mesmo tempo, aquilo que desperdiça nossa vida e aquilo que a protege”¹, porque lutamos como sujeitos para retardar essa chegada, pelo medo do desconhecido, pelas crenças que possuímos e pelo valor atribuído à vida e o que se pode fazer diante dela. Então, se o medo da morte é uma constante em nossa sociedade - se temos medo da violência, das doenças, da velhice – como podemos compreender o sujeito que opta pelo encerramento da própria vida? Uma questão incômoda que nos conduz a pensar sobre como outras sociedades e outros contextos históricos a vivenciavam.

Essa temática está presente nas notícias de jornais e nas conversas cotidianas que procuram racionalizar o suicídio cometido. Ao buscar explicações, esses discursos sociais muitas vezes amparam a decisão do suicida a uma enfermidade psicológica. No entanto, optaremos por abandonar as explicações psicológicas como elemento central para a compreensão do suicídio para adentrar ao campo das pressões sociais exercidas sobre os sujeitos que optaram pela morte. Como nem sempre é possível ter acesso à voz do suicida (nem sempre deixa cartas), faremos esse percurso a partir do olhar das testemunhas, pessoas

comuns que em algum momento da vida se depararam com o suicídio de um conhecido ou familiar e sobre ele tiveram que falar às autoridades policiais e, ao fazê-lo expressaram em palavras parte do que compreendiam desse acontecimento.

Pesquisas foram desenvolvidas no campo das ciências sociais e humanas buscando compreender de que forma a sociedade representa o suicida. Elas teriam se iniciado a partir da publicação do livro “O Suicídio” do sociólogo Emile Durkheim, ainda no final do século XIX, dando especial atenção ao suicídio como um “fato social”, ou seja, que está para além da individualidade psicológica do suicida. Mas, essas pesquisas pouco avançaram na área da história em virtude, especialmente, da dificuldade de acesso a fontes que permitam problematizar essa temática².

Alguns historiadores, como Yonissa Marmitt Wadi e Keila Rodrigues de Souza³, desenvolveram análises das cartas suicidas deixadas como fragmento do que pensava o suicida ou do que o mesmo gostaria que os futuros leitores dessas cartas soubessem sobre aquela decisão de autoviolência. Essas cartas, escritas pelo que muitos acreditavam ser uma “mente conturbada”, era uma produção consciente de sentido para o ato a ser praticado. Nelas o autor, como narrador dos fatos, produz sua própria verdade sobre os emaranhados da trama vivenciada. É fonte intencionalmente produzida para um público leitor específico a quem a mensagem, como nos orienta Maingueneau⁴ em suas discussões sobre Análise do Discurso, será compreensível havendo, portanto, interlocução.

Mas essas cartas não são presentes em todos os suicídios. Muitos deles foram cometidos sem que o autor desejasse ofertar a alguém uma explicação sobre o ocorrido. Se não temos acesso a todas as “autobiografias do suicídio”- ou porque não foram produzidas pelo suicida, ou porque tratavam de temas sensíveis à família do morto e foram mantidas em sigilo, não tendo chegado a compor os inquéritos -, necessitamos ampliar o leque de fontes que nos conduza à problematização dessa temática. Um caminho encontrado por poucos pesquisadores é a história oral. Nela não é mais possível dar voz ao sujeito que decidiu dar fim a sua vida, mas observar de que forma a sociedade da qual o mesmo fazia parte representa esse ocorrido. Muitas vezes, a problemática dessas pesquisas gira em torno dos aspectos religiosos que marcam uma sociedade e da punição divina que acreditam ser imposta ao suicida, bem como as restrições que o corpo morto sofre, como a impossibilidade de receber um enterro cristão quando tratamos especificamente da sociedade ocidental.

Procuramos aqui adentrar a uma terceira tipologia de fontes que, por outro ângulo, nos permite conhecer os meandros dessa representação social sobre o suicida, mas que, mais do

que isso, procura forçosamente encontrar uma justificativa para a ocorrência dessa autoviolência. Uma vez considerando que a morte auto infringida deve necessariamente se amparar numa explicação racionalizada das motivações para tal, o inquérito policial, instaurado após a descoberta da morte, nos parece um campo fértil de investigação historiográfica. Nessa peça, que se compõe de autos de exame cadavérico, verificação de local da ocorrência do crime e declarações de testemunhas, as autoridades policiais procuravam encontrar pistas que permitissem racionalizar aquela morte a associando a uma justificativa coerente e suficientemente forte. Na busca por essa explicação racional para um ato tantas vezes considerado irracional, as testemunhas produziam discursos em que relatavam passagens da vida dos suicidas que podiam tê-los levado a esse fim considerado trágico. Ao fazerem essa seleção de memórias, cada testemunha associava a morte a um ou mais elementos que, transcendendo a vida íntima da vítima/autor, nos permitem discorrer sobre a relação estabelecida entre o suicídio e o que essas testemunhas consideram relevante a ponto de causar uma perturbação no sujeito que vivenciou essa experiência e motivá-lo à morte.

As falas das testemunhas nos permitirão adentrar a esse universo de produção de significado sobre o ato cometido pelo suicida, tendo como foco principal a análise das relações de gênero, da produção de papéis sociais e sexuais e, assim, da produção de masculinidades e feminilidades na experiência cotidiana ou na excepcionalidade do momento morte. As cartas - se tratando de documentação numérica significativamente inferior ao total de inquéritos -, nos permitiram observar esses mesmos significados na escrita autobiográfica que procurava, no momento de excepcionalidade, produzir sentido para o ato da morte e construir igualmente uma memória para um leitor específico a quem a carta se dirigia. Essas cartas eram seletivas em termos de aspectos da vida dos sujeitos que as escreveram, narrando determinados acontecimentos e silenciando sobre outros, bem como as falas das testemunhas.

Mais do que uma autoviolência, entendemos aqui o suicídio como um fenômeno associado diretamente a aspectos sociais e a tempos e espaços específicos que o promovem e regulam⁵. È, assim, no ato de um sujeito tido por Foucault⁶ como “excepcional”, que podemos buscar o que vai além da ação, o que socialmente esse ato representa e de que forma pode conduzir a compreender a relação entre excepcionalidade e normalidade, rompendo com a separação entre razão e loucura. As vidas e mortes relatadas nesses inquéritos falam de existências de sujeitos comuns que decidiram, por variados motivos, dar fim a própria vida.

Frases ditas em mesas de bar, após ingestão de bebidas alcoólicas, situações financeiras que se tornaram do conhecimento público, questões de honra, enfim, as

explicações buscadas pelas testemunhas para o suicídio de um conhecido nos falam mais do que uma tentativa de justificação do ato. Elas nos levam a refletir sobre as expectativas sociais sobre os corpos dos sujeitos e a forma com que essas pressões atuavam sobre eles. Não podemos mais ouvir as vozes dos suicidas, mas podemos problematizar as interpretações produzidas sobre a vida desses sujeitos até o momento da morte: de que forma eles interagiam socialmente? Estavam em conformidade com as exigências sociais? Eram capazes de reproduzir e/ou se encaixar nos papéis sociais e sexuais determinados para si? O que, afinal, poderia justificar essas mortes a partir do olhar das testemunhas dos inquéritos policiais?

Para responder a essa problemática, nos voltamos para algumas escolhas. Como Wadi e Souza nos alertam, o suicídio “é um fenômeno universal e atemporal, registrado em lugares e tempos diversos, praticado por indivíduos de diferentes etnias, gêneros, classes, gerações, religiões, etc., ou mesmo por grupos inteiros”⁷. O suicídio, como já havia observado Durkheim no final do século XIX, possui diferentes significados para diferentes sociedades e culturas, então é necessário selecionar um contexto histórico específico para análise.

O tratamento dado ao corpo dos suicidas foi sendo transformado ao longo do tempo. Lopes⁸ nos fala sobre os suplícios pelos quais os corpos dos suicidas eram sentenciados após a morte. Corpos que deveriam servir como exemplo, pois a morte por suicídio era considerada uma “falta cometida contra a sociedade” e, por questionar a providência divina, também uma grave falta religiosa. Os corpos eram, ainda na Europa do século XVIII, arrastados pelas ruas e os bens do suicida eram confiscados. Nesta pesquisa selecionamos os inquéritos policiais de suicídio ocorridos na Comarca de Guarapuava na década de 1950⁹.

A década de 1950 é um momento de profundas mudanças na sociedade paranaense como a ampliação demográfica, a exploração de novas regiões e também pela alteração nos meios de produção e consumo, o que resultou em novos padrões comportamentais e, possivelmente, crise nos modelos de conduta até então reforçados socialmente, especialmente no que concerne aos papéis de gênero¹⁰. De acordo com dados nos censos demográficos¹¹, observamos que a população paranaense teve um aumento significativo nesse período, marcado pela chegada de imigrantes europeus e migrantes de várias regiões do Brasil. Guarapuava acompanhou essa tendência. Observar o crescimento demográfico nos auxilia a compreender quem eram os suicidas e se estavam em processo migratório.

A década de 1950 foi marcada pela inserção do modelo “*American way of life*” e o Estado do Paraná, tomando como exemplo a capital Curitiba, passou a fortalecer os discursos sociais que procuravam moldar uma sociedade disciplinar em progresso. Guarapuava,

localizada na região central do Estado, na década de 1950, da mesma forma que grande parte do Brasil naquele período, era rural, mas passou a vivenciar um processo de modernização em virtude de mudanças significativas na constituição daquela sociedade: novos moradores que vieram acompanhando novos contornos econômicos e políticos. Até aquele momento a região era dominada por fazendeiros, mas na década de 1950 a indústria madeireira chegou à região e uma nova elite política, econômica e social se constituiu.

Para além do contexto local, evidenciamos que a década de 1950 foi o primeiro momento pós Segunda Guerra Mundial. O impacto desse conflito na percepção sobre a morte pode nos levar a compreender melhor o medo que se constituiu diante dela. Além disso, a ampliação da eficácia da medicina, conforme descreve Moulin¹², fez com que ao longo do século XX a percepção sobre a morte fosse drasticamente alterada. As epidemias que afligiram populações inteiras até o século XIX, a partir do século XX receberam vacinas e a morte foi sendo postergada, desaparecendo como fenômeno natural para a infância, adolescência e juventude. Isso ampliou consideravelmente a não aceitação da morte, seja ela advinda de uma doença ou de um acidente. A morte no século XX é destinada apenas aos velhos, mas o suicídio confunde esse processo.

O que levava uma pessoa ao suicídio no interior do Paraná nos anos 1950? A perspectiva das relações de gênero, como fenômeno social, permite a problematização das justificativas encontradas pelas testemunhas para os suicídios. Wadi e Souza discorreram sobre a escolha do debate entre suicídio e relações de gênero da seguinte forma:

Por que um indivíduo resolve abandonar a vida cometendo suicídio? Desencontros amorosos, ciúmes, doenças avançadas, remorso, raiva, vingança, vergonha, orgulho ferido, solidão, problemas financeiros, dívidas, alcoolismo aparecem como motivações de suicídio ocorridos na região da comarca de Toledo, no estado do Paraná. Nas, em geral, curtas e fugazes mensagens de adeus deixadas por alguns dos que cometem a autoviolência provocando a própria morte ressaltam fragmentos autobiográficos que remetem à construção de sujeitos marcados pelas relações socioeconômicas e culturais – entre as quais as relações de gênero – dominantes em certo tempo e lugar¹³.

Wadi e Souza optaram pela análise de cartas suicidas sob uma perspectiva de gênero. Aqui serão priorizadas as falas produzidas pelas testemunhas ouvidas pela equipe policial responsável por determinar se a morte em questão havia sido produzida por um terceiro, ou se tratava-se de suicídio. De acordo com o que observamos em Corrêa¹⁴, devemos considerar que o inquérito não é uma peça policial isenta de parcialidades e que, da mesma forma, a atuação dos agentes da lei (representantes do Estado) interfere de forma direta inclusive na fala das testemunhas que, como agentes igualmente intencionais, produzem discursos sobre o

suposto suicida que procuram atribuir sentido ao ato cometido e, ao mesmo tempo, construir para ele uma memória. Essa memória a respeito do suicida, produzida por terceiros que possuíam com ele diferentes graus de relacionamento a partir de redes familiares e de sociabilidade, pode estar associada a uma resposta social a um ato cotidianamente condenado especialmente tendo como parâmetros a religiosidade.

O suicídio na visão das testemunhas:

Adentrando a análise dos inquéritos podemos dividir as explicações encontradas pelas testemunhas nos inquéritos policiais a partir de elementos patológicos, principalmente a partir do uso de termos que designavam o suicídio como “ato treloucado” ou “fraqueza de juízo”, ou pela não adequação do sujeito ao modelo normativo esperado para ele a partir de explicações que relacionavam o suicídio à perda de dinheiro em jogos, o amor não correspondido, a traição da esposa, um processo de desquite, a doença que não tem cura, a bebida, a falência. Entre as mulheres, também surgia a justificativa da perda da honra.

Grande parte dos inquéritos se referia à ação do suicida como ato treloucado. Nesses casos, houve pouca preocupação por parte da equipe investigativa em determinar as motivações para a ocorrência do suicídio, o que poderia retirar a dúvida sobre a real natureza da morte. Esse silêncio sobre a explicação para a morte voluntária poderia ser resultado de uma instrução processual, assim, delegados quando tomavam depoimentos de testemunhas, não perguntavam a estas se elas conheciam os motivos que teriam levado à morte, ou porque esses mesmos atores ouviam apenas o depoimento dos policiais que atendiam as ocorrências, ou de peritos que analisavam o local do crime. Essas testemunhas muitas vezes não conheciam o suicida e pouco ou nada poderiam relatar sobre as “tristezas” que afligiam a vítima. Para chegar a esse conhecimento era necessário ouvir amigos e familiares do morto, aqueles que com ele conviviam e partilhavam de suas angústias. Muitas vezes eram inqueridas pessoas que apenas tinham ouvido por terceiros relatos da morte.

Em muitos casos o suicídio era atrelado a uma debilidade psicológica. No entanto, devemos considerar dois tipos de inquéritos que falavam sobre suicídios como resultado de loucura: no primeiro haveria a falta de investigação policial, conforme já mencionado no parágrafo anterior, no segundo, o ato treloucado seria a explicação dada pelas testemunhas ao não encontrarem justificativa plausível para a ocorrência do suicídio. Essa forma de

explicação era recorrente também na imprensa, conforme Lopes:

Quando essa precisava noticiar a causa do suicídio de um indivíduo considerado normal pelos seus próximos e pela sociedade, nada tendo encontrado em seus atos e conduta que denunciasses seu estado doentio, recorria ao mental [...] O suicídio de alguém bom, honesto, honrado e trabalhador era justificado, portanto, pela perda do juízo e da razão¹⁵.

Não era socialmente aceitável considerar que o suicídio fosse simplesmente obra do desejo individual, pois, a partir da medicalização dos corpos e da valorização da vida na sociedade moderna, a morte era vista como algo que a todo custo deveria ser postergado, permitindo ao sujeito gozar da vida e, em termos religiosos, “carregar a cruz” que lhe foi dada pela divina providência. Esse recurso discursivo último à loucura permitia a preservação da memória do morto e o direito à piedade de terceiros e da igreja.

Na esteira da perspectiva do suicídio visto como doença, era papel do Estado e da sociedade de modo geral, interferir a fim de “mostrar aos homens a necessidade de não se deixarem abater pela adversidade e/ou pelas paixões”¹⁶. Nem que para isso, de acordo com a medicina social de fins do século XIX¹⁷, fosse necessário culpabilizar e estigmatizar o sujeito que tentava ou consumava o suicídio, em especial se fosse constatado que o paciente não possuía debilidades mentais aparentes, como era o caso dos suicidas por paixões ou amor. Ou seja, mesmo que os médicos assentassem seus conhecimentos sobre o suicídio em bases vinculadas à doença mental, também foram capazes de compreender que elementos externos aos sujeitos poderiam influencia-los ao suicídio.

Já nos casos em que as testemunhas narraram a não adequação do sujeito aos modelos normativos, temos a ampla participação de familiares como depoentes. Nesses inquéritos foi possível identificar as principais motivações apontadas pelas testemunhas para os suicídios. Entre os homens foram citados: amor não correspondido; embriagues; maus tratos e abandono familiar; brigas e abandono da esposa; ciúme; morte da companheira; boatos sobre impotência; problemas no trabalho; dívidas; perda de dinheiro em jogos e doenças. Entre as mulheres foram citados: defloramento; impossibilidade de anulação de casamento; viver com condição de amasiada; ter sido enganada pelo namorado; morte do companheiro e doenças.

Dos quarenta e três inquéritos analisados, 62,8 % dos casos disseram respeito ao suicídio de homens, portanto, maioria das vítimas de morte auto infringida em Guarapuava na década de 1950. Além disso, as taxas de suicídio entre os homens são ampliadas na faixa etária de vinte a trinta anos, representando 40,7% do total de suicídios. Essa taxa é consideravelmente reduzida na faixa etária de trinta e um a quarenta anos (18,5%) e volta a

augmentar na faixa etária de cinquenta e um a sessenta anos (22,2%). Esses dados, de que a maioria dos suicidas eram homens que possuíam idades entre 20 a 30 anos nos permitem formular questionamentos sobre os motivos da morte voluntária atingir com maior frequência esses sujeitos sociais. O que motivava esses homens jovens à morte?

Já no grupo das mulheres, 85,7% das suicidas tinham menos de 25 anos de idade. Entre as mulheres, portanto, o recurso ao suicídio ocorria numa faixa etária mais jovem do que a dos homens. Compreendemos que essas faixas etárias eram também as faixas em que ocorria a maioria dos casamentos na região: mulheres abaixo dos 25 anos que se casavam com homens abaixo dos 30 anos. Assim, relacionamos os altos índices de suicídios a questões envolvendo o início de uma relação amorosa que pode não ter se concretizado conforme esperavam os envolvidos, ou questões mais profundas como, de um lado, para os homens, problemas devido à incapacidade de manutenção financeira da família que estava constituindo – já que era também o momento de maior instabilidade financeira desse grupo - ou a rejeição da mulher amada, enquanto que, por outro lado, para as mulheres o suicídio poderia estar articulado à desonra materializada na perda da virgindade antes do casamento e que seria descoberta pelo futuro cônjuge, ou mesmo pela realização de um casamento indesejado.

Jackson André da Silva Ferreira analisou as falas de alguns moralistas do período a respeito das motivações que levavam ao suicídio. Para o autor, os moralistas religiosos da segunda metade do século XIX consideravam que a ampliação no número de suicídios estava diretamente vinculada à irreligiosidade e aos efeitos devastadores do progresso da civilização, como a afronta ao patriarcado, e, conseqüentemente, à moral e aos bons costumes. Era comum associar as altas taxas de suicídio às transformações sociais que vinham ocorrendo, dentre eles a ruína de alguns comerciantes que ao se sentirem incapazes de sustentar a família, se suicidavam. Alguns desses moralistas defendiam que ocorriam mais suicídios masculinos porque os homens “eram menos afeitos à religião” e também:

Defendia ainda a influência da idade: os homens entre 20 e 30, e as mulheres entre 15-25. Isso porque, sendo este o período mais esperançoso da vida, era também aquele em que o espírito ainda não havia alcançado o amadurecimento, "pela falta de provações, da lucta e da explicação pratica da vida humana"¹⁸.

Assim como na Guarapuava dos anos 1950, também na Bahia do século XIX eram essas as principais faixas etárias dos suicidas. Além disso, para o autor, um homem que se sentisse desvalorizado ou não plenamente reconhecido como tal, considerava não ser digno de permanecer vivo e procurava o suicídio.

A legislação brasileira em vigor desde a década de 1940 previa a possibilidade de um

assassinato ter sido motivado por violenta emoção ou paixão. Duas condições que poderiam levar um sujeito considerado dentro dos padrões de normalidade (trabalhador, honesto e pacífico) a um ato de extrema violência contra outrem. Se para um homem comum a sociedade e a justiça consideravam possível que este pudesse matar por amor, por que não poderia também por fim a própria vida pelos mesmos motivos? Se o objeto de amor/desejo não lhe correspondia as investidas, ou não se mantinha fiel a ele, a perda de controle e posse sobre o corpo feminino (seja pelo abandono, seja pela traição) poderia desencadear duas situações: de um lado o abandono traria para o abandonado a solidão, mas também o peso de não ter sido capaz de sustentar esse relacionamento, de outro, o traído, além do peso da incapacidade para a manutenção do relacionamento, ainda seria apontado nas ruas como aquele que perdeu uma disputa de honra. E a honra é um dos pilares da masculinidade e da feminilidade. A honra das mulheres estava no regramento do próprio corpo e a dos homens no controle e vigilância dos corpos de mulheres à sua volta.

Ser traído trazia consigo o medo da perda da credibilidade social e a obrigação de suportar o deboche e o escárnio que atingiriam diretamente a masculinidade tantas vezes reforçada ao longo da vida por esse homem que não se imagina como sujeito social sem o respeito adquirido no grupo. Para as mulheres o peso da traição era diferente, pois atingia o sentimento pessoal, mas não alçava poder e importância social ao nível do que ocorria com os homens. A naturalização da sexualidade livre masculina, vinculada à posse de corpos de prostitutas e de concubinas, não era motivo para desonra da esposa. Para as mulheres, o que havia de mais aviltante era ser reconhecida socialmente como alguém que se desonestara por manter relações sexuais antes do casamento e ter sido abandonada, ou ter sua infidelidade descoberta, afinal, a feminilidade estava amparada na pureza sexual do corpo, na castidade e fidelidade, o que garantia a posse sexual do corpo feminino ao marido. Essa situação a tornava companhia questionável entre as demais mulheres e pouco desejada como esposa, já que a sua honestidade era colocada em questionamento.

Como parece ter sido o caso do suicídio de Eugênia¹⁹ que estava de casamento marcado e se enforcou num poço próximo à casa dos pais. Esse inquérito chama a atenção por possuir exame de conjunção carnal. Essa situação evidencia que a polícia considerava que o defloramento fosse um motivo plausível para a morte de uma moça, começando por esse aspecto a investigação. O exame demonstra que a jovem não era mais virgem, que o defloramento não era recente e que ela provavelmente mantinha contatos sexuais constantes. Ao longo do inquérito, o noivo e o pai de Eugênia se acusaram mutuamente pelo

defloramento. O que estava em jogo não era mais confirmar a ocorrência de um suicídio, ao que parece estar constatado, mas sim descobrir o causador da infelicidade da jovem, já que o crime de sedução - que substitui o de defloramento desde o Código Penal de 1940 - era previsto pela legislação vigente e não se encerrava com a morte da ofendida. O pai de Eugênia afirmou que a filha estava engordando e se tornando motivo de falatório na vizinhança por desconfiarem que estava grávida. Já a mãe afirmou que a filha lhe teria dito que o noivo era “bandido” e que não gostaria de se casar com ele, mesmo já não sendo mais virgem e estando mal falada na sociedade. Por outro lado, o noivo acusava os familiares por maus tratos destinados a jovem, associando o suicídio ao fato dos pais desejarem que ela se cassasse e continuasse a viver nas terras do pai que, segundo ele, perseguia a filha e com ela mantinha relações sexuais. Eugênia teria se confessado ao noivo para não enganá-lo.

Não podemos saber se alguma dessas versões era real, mas podemos considerar a importância atribuída pelas testemunhas à perda da virgindade como motivação para o suicídio. A polícia, atribuindo igual importância a esse elemento, passou a guiar as investigações sobre o suicídio por esse caminho, tendo sido ao final acompanhada pela promotoria pública que considerava que crime anterior havia sido cometido contra a jovem e isso a teria motivado ao suicídio. Testemunhas da comunidade em que vivia a jovem passaram então a ser ouvidas e todas afirmaram a idoneidade do pai da jovem e construíram sobre o noivo um discurso de desconfiança, uma vez que o noivo era um *outsider* que havia chegado ao local cerca de cinco meses antes do ocorrido.

Outra mulher a ter seu suicídio vinculado à honra foi Jovina²⁰ que vivia maritalmente com o noivo há três meses e este foi o motivo apontado pelas testemunhas para a sua morte. Por não ter se casado, sofria pressões por parte da família do noivo que não a aceitava. Casar-se, especialmente no religioso, era cumprir o papel designado a essa mulher e estar dentro das chamadas “leis de Deus”, não vivendo mais em pecado. O sexo não autorizado pela Igreja se tornava uma vergonha quando praticado por uma mulher considerada solteira aos olhos da sociedade. O corpo dessa mulher havia sido maculado e, ao viver maritalmente com o companheiro, a situação se tornou de conhecimento público. A demora em regularizar a situação foi considerada pelas testemunhas como afronta à honra da jovem e uma justificativa plausível para o suicídio da mesma.

Outra mulher, de nome Romanita²¹, cometeu suicídio também por não poder regularizar sua situação de casada. Antes de por fim à vida, ela matou a machadadas o companheiro alegando a testemunhas que o havia matado porque este, um imigrante romeno,

havia lhe prometido que era solteiro, mas Romanita descobriu que ele já era casado na Europa. O delegado considerou que o homicídio/suicídio de Romanita fora provocado por “ordem passional, após ter sido ludibriada pelo seu namorado”. Essa mulher era professora pública e, como tal, sofria uma dupla força moralizante sobre o seu comportamento. Além de ser mulher, também exercia uma profissão que requeria dela ser exemplo de moralidade. Como a sociedade daquele contexto veria uma professora amasiada?

A honra surgiu novamente como motivadora do suicídio de Edith²², sobre a qual nada sabemos além do fato de estar desquitada. O pai da jovem atribui a morte da filha:

[...] em virtude de sua situação perante a sociedade, isto devido à mesma, há tempos atrás, te contraído núpcias com o indivíduo Aroldo, com o qual, por motivos de dificuldades financeiras e mesmo por incompatibilidade de gênio não pode viver, ficando separada de tal indivíduo, estando desde a véspera do crime procurando a nulidade do seu casamento (fl.08).

Edith foi abandonada, mas não era o abandono em si um motivador suficiente para legitimar a ação suicida. O elemento que tomou vulto foi então a cobrança social sobre ela como mulher abandonada. Outras testemunhas relataram não ter percebido nela qualquer anormalidade que indicasse um possível suicídio, procuravam ali uma justificativa médica. Ela não possuía anormalidades, mesmo assim o delegado encerrou o inquérito afirmando que se tratava de “gesto tresloucado”. Se Edith, embora abandonada, recebia suporte de sua família, a morte só poderia ser entendida pelas testemunhas como fruto de loucura.

O abandono amoroso também teria motivado suicídios de homens. Vejamos o caso da morte de Pedro²³ que não teria suportado ser abandonado pela mulher com quem mantinha relacionamento amoroso após ter ficado viúvo. De acordo com um dos filhos de Pedro, a causa da morte do pai “foi pelo fato de ter sido abandonado por uma mulher que vivia já há algum tempo em sua companhia amasiada; que seu pai era homem forte fisicamente e trabalhador não sofrendo de doença alguma que pudesse desgostá-lo da vida” (fl. 08). O filho de Pedro procurou justificar a ação do pai e ao fazê-lo apresentou algumas das características de um suicídio aceitável: o abandono, a fraqueza física, a ausência de trabalho e a doença incapacitante. Esse jovem, ao contrário da medicina da época, não considerou a loucura como uma das possibilidades de morte do pai. Ele se amparou, para a explicação, em elementos externos que poderiam levar um homem a uma tristeza tamanha a ponto de optar pela morte. Ao fazê-lo, imprimiu ali suas próprias convicções sobre sofrimento, angústia, medo da não adequação que eram recorrentes entre uma parcela da população masculina naquele contexto.

O mesmo fizeram os amigos de Alceu²⁴ que se envolveu numa relação amorosa com

uma meretriz e numa tarde, após ingerir bebidas alcoólicas no meretrício em que a mulher trabalhava, cometeu suicídio dentro do quarto da mesma, após ameaça-la de morte. Uma das testemunhas, amigo de Alceu, relatou que o mesmo, “quando um pouco alcoolizado, sempre se queixava da vida, dizendo que era um homem infeliz, tanto no seu trabalho como em amores” (fl. 15). Outro amigo afirmou à polícia que Alceu reclamava constantemente de não ser correspondido em seu amor pela meretriz. Alceu amava um “corpo público” - sob o qual não era capaz de manter controle e posse exclusiva - e não era correspondido, também não tinha sucesso no trabalho. Esses dois motivos, para os amigos do rapaz, eram suficientes para desencadear o desejo de morte. Nesse sentido, a respeito dos suicídios motivados por desilusão amorosa, Ferreira nos diz que,

Do ponto de vista dos amantes não correspondidos, rejeitados, abandonados ou afastados de seus amados, o suicídio aparecia realmente como uma alternativa. Era melhor morrer a viver suportando as dores do coração. Pensar em suicídio após uma desilusão amorosa fazia parte tanto da ficção quanto da vida real²⁵.

Morrer por amor era parte do imaginário social construído pelo romantismo. Muitos personagens da literatura eram capazes de matar ou morrer a exemplo de Romeu e Julieta. Até mesmo os juristas que teceram comentários ao código criminal de 1940 afirmavam que era esperado que um homem que matasse a amada, tomado por violenta emoção, tentasse suicídio logo em seguida, pois seria incapaz de imaginar o seu mundo sem a presença do objeto de sua devoção. O suicídio (ou a tentativa de) aparecia como prova de amor. Alguns foram os suicidas que justificaram sua decisão, ou tiveram a mesma justificada por testemunhas, a partir da morte de um companheiro. Esse foi o caso do gerente de hotel Florindo²⁶ que se suicidou um mês e meio após o suicídio da namorada e camareira de hotel Alvenir²⁷, alegando não suportar ausência da amada. Alexandrina²⁸, que estava acamada e se matou com um lenço amarrado na cama. A morte dessa mulher foi justificada pela família em virtude da morte do marido que a teria deixado “transtornada”. Ou Maria²⁹, que se suicidou algumas horas após o suicídio do namorado Alcides³⁰, que se matou numa calçada do centro da cidade em frente ao Cine Teatro Pimpão, local amplamente frequentado pela juventude e que servia como ponto de encontros sociais e amorosos numa cidade que oferecia poucas oportunidades de divertimento para além de clubes separados por classe social e nos quais o comportamento era amplamente vigiado e regrado em nome dos bons costumes³¹.

O abandono aparece como motivador de suicídios não apenas associado a relacionamentos amorosos. Algumas mortes auto infringidas foram associadas a abandonos familiares, como Otávio³² e Albertina³³. Esses dois jovens foram abandonados pelos pais e

passaram a ser tutelados por fazendeiros que, contrariando a concepção jurídica de tutela, os tornaram empregados em suas posses. Sobre esses corpos pouca investigação existiu. Nos discursos das testemunhas, ambos viviam intenso sofrimento por terem sido abandonados.

Outro abandono, desta vez pela morte dos pais, teria sido motivo para o suicídio de Samuel³⁴. No entanto, na ocorrência dessa morte há mais uma questão a se considerar: com a morte dos pais, o menino e os irmãos passaram a ser tutelados por um casal de padrinhos. No corpo de Samuel havia marcas de agressões físicas sofridas antes da morte - e confirmadas por testemunhas -, tendo ocorrido por parte da tutora do menino no dia do suicídio. O tutor, em depoimento, negou que houvesse algum motivo para o ocorrido além de “fraqueza de juízo do menor” e a promotoria não considerou que houvesse crime a ser investigado, mesmo diante da afirmação das testemunhas e do delegado de que o menino sofria maus tratos. A violência sobre os corpos de crianças e adolescentes era encarada como dispositivo pedagógico/disciplinar do qual os pais e tutores poderiam lançar mão quando considerassem necessário. Houve um tratamento diferenciado entre a investigação do suicídio de Eugênia e Samuel: no primeiro caso, o crime cometido contra a jovem antes do suicídio foi investigado e atrelado à morte desta. No caso de Samuel, a violência sofrida não foi considerada como crime e tampouco associada à morte do menino.

A incapacidade para cumprir compromissos financeiros ou de trabalho também era uma motivação presente nos depoimentos de testemunhas nos inquéritos analisados. Como no caso do suicídio de Benjamin³⁵ que teria recebido adiantamento para realizar uma grande obra para uma cooperativa, mas, de acordo com as testemunhas, havia “posto o dinheiro fora”, provavelmente tendo gastado considerável quantia de dinheiro em farras em casas de tolerância, e não tinha mais como cumprir com o contrato assinado.

Um homem de sucesso não se suicida. Só poderia ele então estar louco! Essa era uma constatação corrente nas explicações dadas por testemunhas sobre suicídios de pessoas abastadas, que exerciam uma profissão, tinham família, amigos e nenhuma anomalia física aparente. Esse foi o caso de Antônio³⁶. A esposa do morto informou à polícia que o marido era neurastênico³⁷ e isso explicaria o “ato tresloucado” do mesmo. Antônio era diagnosticado como doente psicológico e necessitava de acompanhamento. O delegado, ao produzir o relatório do inquérito, assim descreveu o suicida: “Sempre teve uma vida em harmonia em seu lar e progressos inúmeros na vida, fazendo prever, portanto, que foi levado a esse extremo por positiva fraqueza cerebral³⁸ ou grande ataque de nervos, o que apenas podemos lamentar” (fl. s/n). A ausência de sucesso profissional e financeiro pode ser entendida como motivadora

para tal ato. A masculinidade pensada como modelo nos anos 1950 estava amparada na capacidade para o provimento do lar, bem como na realização em espaço público, o que reforçaria nesses homens o papel de chefe da sociedade conjugal e familiar, garantindo a esse sujeito uma posição privilegiada nas relações de poder³⁹.

Os suicidas eram em maioria homens jovens e podemos perceber que mais de 50% era de pessoas classificadas como brancas, o que reflete os percentuais da população local. Esses dados não dizem respeito a todos os corpos descritos nos inquéritos, uma vez que parte deles não era classificada por cor. Quatorze mortos foram classificados como morenos, pardos ou pretos. A naturalidade também nos evidencia que a maioria dos mortos era de origem local, sendo os demais vindos do Rio Grande do Sul (3), Santa Catarina (2), Alemanha (1), Polônia (1) e dois que foram descritos como apátridas. Portanto, podemos considerar que os deslocamentos migratórios não pareciam influenciar diretamente no número de mortes por suicídio na comarca de Guarapuava, uma vez que os mortos migrantes não relataram em cartas alguma relação entre a morte e o processo de migração, bem como tampouco o fizeram as testemunhas. Isso não significa que a nova realidade vivenciada com a ampliação demográfica, política, econômica e social do período não possuíssem relação com as mortes. No entanto, essa relação não foi observada nas fontes.

A análise das profissões atribuídas aos suicidas evidencia que estes tornavam tratavam, na maioria das vezes, de uma parcela mais baixa da população. Eram lavradores, motoristas, operários, funcionários do comércio ou públicos, armeiros, vendedores ambulantes, padeiros, agricultores, carpinteiros, professoras e domésticas (esta última categoria era atribuída a todas as mulheres que trabalhavam em casas de terceiros ou que não possuíam profissão determinada). Isso não significa a inexistência de suicídios em classes mais abastadas, mas não é possível afirmar essas ocorrências em virtude da ausência de dados que possam identificar esses sujeitos. É provável também que esses casos não se tornassem alvo de investigação criminal para evitar que o ocorrido se tornasse de conhecimento público e a família carregasse o estigma do suicida.

Outra questão importante a ser considerada é a forma encontrada para a realização do suicídio. Observamos que a grande maioria das mortes auto infringidas foi realizada em espaços privados, geralmente a casa da vítima ou o local de trabalho (como no caso das fazendas em que algumas vítimas moravam). Isso apenas reforça a ideia de que o suicídio era um ato privado, íntimo. O instrumento utilizado na maioria dos casos foi o envenenamento (17 casos), seguido por enforcamento e arma de fogo (ambos em 12 casos) e arma branca (em

2 casos). Há aqui um questionamento: entre 1950 e 1956 não havia o uso regular de veneno como instrumento para o suicídio. O que levou os suicidas a escolherem preferencialmente essa forma de morte a partir de então? Questão ainda a ser respondida, bem como o que levou ao aumento significativo de suicídios no ano de 1958. Até ali, o número de suicídios oscilava entre um a seis por ano, mas em 1958 esse número subiu para quinze, voltando a baixar em 1959 para cinco. 1958 foi um ano atípico pela quantidade de suicídios e a forma que estes foram tratados nos inquéritos policiais.

Nos inquéritos criminais aqui analisados foram localizadas as mais variadas explicações para os suicídios que, em muitas vezes, foram associadas a questões de gênero, como a incapacidade de um homem em pagar suas dívidas, a derrota do corpo para a doença que o torna inválido para exercer suas funções sociais, a infelicidade no amor e no trabalho relatada aos amigos em momentos de embriaguez ou a perda da honra do corpo feminino que impossibilitou de realização de um casamento. Aspectos que dizem respeito à constituição de feminilidades e masculinidades e que nos permitem ir além do da individualidade do suicídio.

Autobiografias do suicídio:

As falas das testemunhas procuravam legitimar a decisão de morte de um familiar ou amigo a partir do que consideravam ser um motivador justificável para uma atitude aparentemente incompreensível. Mas também os suicidas falaram sobre essa decisão. Um deles pode fazê-lo em depoimento, já que sobreviveu, outros deixaram cartas endereçadas a leitores específicos que faziam parte do seu convívio social. Há, então, um aspecto importante a se considerar: a voz do suicida. Nesses bilhetes e cartas, mortos explicavam suas motivações, solicitavam demandas para o enterro, perdoavam pessoas, declaravam amores e tristezas tidas pelo suicida como insuportáveis.

O peso das cobranças sociais sobre esses corpos também era presente nas falas e escritas de si produzidas pelos suicidas. Iniciamos por discorrer sobre a tentativa de suicídio de Antenor⁴⁰. Ele se esfaqueou num quarto de hotel e alegou ter cometido o ato em virtude de

[...] uma chateação que fizeram para o declarante na serraria, onde o declarante trabalha; que essa chateação era uns dizeres partindo de diversas pessoas, em cujos dizeres declaravam que ele não era competente para ter mulher, dizendo até que era brocha [...] que o declarante é competente para viver com mulher (fl. 06).

A necessidade de afirmação de potência sexual era crucial para a auto compreensão de Antenor como homem. Ao ser ridicularizado pelos comentários dos colegas, incluindo aqui a

ofensa agravada pelo fato de ter sido iniciada por uma mulher, Antenor se deparou com a não adequação de seu corpo ao modelo normativo da masculinidade vigente naquele período, modelo este que exigia dele potência sexual e capacidade tanto para seduzir como para manter ao seu lado uma ou várias mulheres. Para ele se fazia tão importante essa demonstração de virilidade que o mesmo encerrou o depoimento alegando que era capaz de viver com uma mulher. Ele era um homem questionado socialmente quanto à sua masculinidade. Taxado como impotente, preferia a morte a permanecer nesse espaço de não aceitação social.

A negação da capacidade de posse, o impedimento, pelos mais variados motivos, ao acesso ao corpo desejado ou a derrota numa disputa pela posse de um corpo feminino ou pelo sentimento por ele dedicado, trazem às cartas o aspecto da desilusão amorosa. Sobre essa temática, dois inquéritos são bastante representativos: no primeiro Germano⁴¹ se suicidou após descobrir que a esposa o traía. Esse processo é bastante emblemático porque Germano, ao se casar, descobriu que a esposa não era mais virgem. Como amava a esposa, ele a perdoou pela “falta”, mas exigiu dela que jamais voltasse a se relacionar sexualmente com o seu deflorador. No dia do crime, ao chegar em sua casa Germano viu o homem que havia deflorado a esposa pulando a janela. O suicida, neste caso, atribuiu enorme valor à virgindade da esposa, que deveria ser sua por direito. Mas, ao saber que a esposa já não era mais virgem, passou a considerar o corpo dessa mulher como propriedade primeira do deflorador, por isso exigiu dela que não mantivesse mais relações com aquele homem específico. Ao saber da traição, Germano requereu o desquite de seu casamento com Marlene, mas, não suportando a situação, se suicidou deixando uma carta afirmando que Marlene e Walter eram inocentes e que a culpa pelo seu suicídio era a bebida, pois “um homem como eu não deve viver” (fl. 4).

Germano procurou manter sua masculinidade diante dos demais homens com quem convivia justificando a decisão de não ter matado o amante da sua esposa, pois nesse período, um homem que não tomasse uma atitude violenta contra a esposa e o amante poderia ser questionado publicamente e desrespeitado pelo grupo. A justificativa de Germano foi o fato de Walter ter duas filhas pequenas e também por acreditar que o corpo de Marlene a Walter pertencia, pois ele tinha sido o deflorador desta. Como matar um homem que nada mais fez do que tomar posse do corpo que já era seu por direito? Melhor então o desquite, mas como ser respeitado se se casou com uma mulher que já havia pertencido a outro homem, que o traía, e que nada fez para lavar a sua honra? Como conviver com a experiência da perda definitiva da posse sobre esse corpo? Questões de difícil aceitação diante do complexo sistema de composição das masculinidades nesse período. Melhor seria a morte.

Já, o segundo inquérito envolvendo desilusão amorosa vai além do amor não correspondido para alcançar outros aspectos da masculinidade. Trata-se do suicídio de Antônio⁴² que, antes de cometer suicídio, tentou matar a meretriz com quem vinha mantendo relações sexuais⁴³. Antônio perdeu uma quantia considerável de dinheiro em jogos e descobriu que a meretriz com quem mantinha relacionamento amoroso também se relacionava com outro homem ao qual sustentava com o dinheiro que recebia de Antônio. Várias testemunhas falaram do ressentimento do suicida por não ter a fidelidade da meretriz: “embora a grande afeição que Tônico lhe dispensava (Hercília) não lhe era fiel, pois praticava a prostituição com diversos homens, o que vinha aborrecendo Tônico, fato este que era notado por todos os que o conheciam” (fl. 08). Para as testemunhas, Antônio não aceitava dividir a posse sobre o corpo de Hercília e sentia sua masculinidade afrontada ao ter que disputar esse corpo com outro homem sobre quem acreditava que Hercília depositava seu afeto. Derrotado na disputa por esse corpo e se considerando humilhado por saber que seu dinheiro sustentava ao rival e que isso era comentado entre seus conhecidos, já que tanto Hercília como o rival haviam declarado isso publicamente, Antônio teria decidido matar Hercília e se suicidar.

Antônio deixou uma carta em que afirmou que não desejava mais “dar desgosto” aos parentes que estavam “desacorçoados com ele” e pediu que as meretrizes acompanhassem o velório, que deveria ser realizado junto ao de Hercília. Hercília sobreviveu à agressão e afirmou que havia recusado vários convites de Antônio para viverem amasiados e que no dia do crime, Antônio teria dito a ela que ela o estava “tapeando” e que se não iria morar com ele, não moraria com mais ninguém. Esse suicida provavelmente estava em conflito com a construção subjetiva de sua masculinidade, pois considerava não estar atingindo as expectativas familiares sobre ele. Ele era um homem enganado por uma mulher e isso era de conhecimento público. Além disso, considerava ter posse sobre o corpo de Hercília, mas era incapaz de contê-lo. O corpo da amada permanecia público e, mesmo diante de promessas para viverem amasiados, ele era incapaz de mantê-lo sob seu controle.

O pai de Antônio, mesmo reconhecendo a letra do filho na carta deixada, se recusava a aceitar que o filho tivesse se suicidado. Ele não considerava possível que Antônio tivesse se suicidado porque este estava fazendo planos para trabalhar num posto de gasolina da família em outra cidade e “desfrutava de boa situação financeira, dava-se muito bem com toda a família” (fl. 18). O suicídio poderia acarretar aos familiares do morto um estigma doloroso. Era preciso justificar ou negar o ocorrido. O pai de Antônio, ao negar, procurou reafirmar, assim como as demais testemunhas, o que ele considerava como um sofrimento que poderia

legitimar a morte do filho: problemas financeiros e familiares. Jamais poderia considerar como legítimo um sofrimento advindo de perda de dinheiro em jogos, o que difamaria o morto diante da sociedade e que o pai tratou de negar afirmando que o filho teria sido roubado no bordel, ou, ainda pior, a desilusão amorosa com uma meretriz.

Mas, para as demais testemunhas, numa sociedade que exigia aos homens a constante demonstração de virilidade e capacidade de sedução, ser rejeitado por uma mulher era algo considerado digno de suicídio, como vimos nos inquéritos já analisados, dentre eles o de Alcides que se suicidou porque a namorada o rejeitou. Ele deixou uma carta endereçada à namorada afirmando que a amava, mas que sentia que estava “sobrando” e que havia decidido deixar a vida porque a amava muito, mas não era correspondido:

Tenho uma má notícia para você. Hoje eu resolvi deixar o mundo. Não culpo ninguém nem mesmo você eu sinto que estou sobrando. Pesso para ke você não fique magoada comigo ke eu sempre estarei ao teu lado porke eu a amo muito e não tenho o teu amor. Pesso para você ke kando ler este bilhete em segida rasge. E asim eu termino com o coração preto de dor para você mando uma série de beijos e abraço. Adeus (SIC) (fl. 4).

As testemunhas que viram Alcides agonizando afirmaram que o suicídio teria ocorrido em virtude de uma briga do casal. A desilusão amorosa alcança o nível das subjetividades, do sentimento aflorado, do desespero do abandono. Na carta, embora procurasse isentar a namorada do peso da responsabilidade sobre a morte, foi a relação amorosa apontada como elemento desencadeador do sofrimento. As masculinidades, como nos alerta Albuquerque Junior (2010), são vinculadas a representações sobre os corpos e estes “não deve (m) deixar escapar nenhum gesto, nenhuma atitude, nenhum traço que possam ser definidos como femininos”, além da oposição ao feminino, esses corpos não podem demonstrar delicadeza e, principalmente, “um macho não deixa transparecer publicamente suas emoções”⁴⁴. Para Matos⁴⁵ e Grossi⁴⁶, as masculinidades foram atreladas à racionalidade, relegando o sentimento às mulheres. A demonstração de sentimentos era o rompimento com o modelo de masculinidade. Alcides construiu na carta uma relação de intimidade e segredo para com a mulher a quem escolheu como única interlocutora e a quem solicitou não tornar pública sua fraqueza como homem derrotado pelo sentimento.

A doença era outro motivador para suicídios, tanto de homens como de mulheres, em Guarapuava. Um desses suicidas que possuíam doenças físicas foi Josef⁴⁷. Ele deixou uma carta em alemão para os familiares. Nesta carta alegou ter se suicidado em virtude de não ter mais tratamentos disponíveis na medicina para ajuda-lo a encontrar a cura. Mas, o que mais chama a atenção na carta é a necessidade que Josef demonstrou em avisar aos familiares sobre

a ausência de dívidas e quanto deveriam receber de cada um de seus devedores, além de descrever cuidadosamente os pertences que o acompanhavam na hora da morte, provavelmente para impedir que algo lhe fosse roubado. Outra preocupação de Josef é com a honra de uma irmã solteira que deveria ser resguardada por outro irmão, que não poderia deixar de acompanhá-la ao cinema e lhe dar dinheiro quando esta necessitasse⁴⁸.

Josef reforçou a ausência de dívidas, pois a honestidade nos negócios era considerada uma das prerrogativas para a constituição de uma masculinidade respeitável. A incapacidade para o pagamento de dívidas, então, poderia ser considerada como motivadora para um suicídio, como percebemos na carta deixada por Joani⁴⁹:

Meus falsos amigos cidadãos que eu devia Deus há de pagar o que eu devia com saúde e felicidade aos senhores todos. Fui sem sorte com minha vida anterior, eu adquiri estas dívidas em benefício de minha família. Não foi em (ilegível) digo em vaidade e orgia vou contar minha vigi, digo, vida aqueles que não me compreendiam. Homem que morreu por não suportar mais a vergonha em vários pontos de vista. Eu nasci quem bugre sem os carinhos de meus pais. Meus irmãos um pouco me criaram. Quando me senti como gente fui conhecer o mundo. Sentindo-me só procurei me casar. Casei-me com 17 anos dai só fui pra traz. Minha mulher só doente gastando o que não tinha. Cheguei vender até a uma bicicleta que eu usava da repartição até que eu cheguei nesta situação. Meus amigos creio que me perdoarão, mas não aguentei mais. Adeus de quem foi sem sorte em sua vida (fl. 4).

Para Joani, era vergonhoso ser incapaz de saldar as dívidas que possuía. Na carta que deixou explicando o motivo do suicídio, ele dedicou maior atenção a justificar aos conhecidos o motivo de sua infelicidade a partir da incapacidade para o pagamento de dívidas e os atos cometidos por um motivo nobre, mas, para ele, pouco compreendido pela sociedade: salvar a esposa doente. Joani se casou, mas não constituiu uma família com filhos, cometeu atos desonestos para tentar salvar a esposa, mas perdeu-a para a doença.

A carta de Joani intercala vários motivadores já vislumbrados nas falas de testemunhas e também de suicidas: sofreu abandono familiar, o que lhe retirou a possibilidade de possuir um suporte emocional. Se casou cedo, procurando constituir família, mas falhou nessa tentativa. O casamento e os filhos que dele fossem concebidos, colocavam os homens num patamar mais respeitável diante da sociedade. Passavam de rapazes a homens e sua voz se tornava ouvida enquanto este homem pudesse ser capaz de manter o controle sobre a instituição familiar e sobre os negócios, sendo capaz de cumprir compromissos, manter a família que havia constituído e prosperar. Nenhum desses foi o caso de Joani.

A constituição das masculinidades, aceitas socialmente como integrantes de um modelo hegemônico, exigia que os homens fossem capazes de saldar dívidas, prover a família, serem pilares de honestidade nos negócios e não demonstrarem sentimentos. Mas

essas não eram as únicas exigências sobre esses corpos. Era necessário também ter controle sobre gestos e atitudes. Era necessário que demonstrassem potência viril muitas vezes frequentando meretrícios, mas que soubessem administrar os gastos a fim de não acabarem com a mesma sorte de Benjamin. Joani procurou em sua carta se diferenciar de homens como Benjamin, apontados socialmente como desregrados frequentadores de farras a quem não se poderia dar crédito. Em toda a carta Joani construiu para si uma postura de retidão como homem que se casara cedo para constitui família, que trabalhava e buscou honrar com seu papel de provedor e protetor dos membros da família, mas se culpava pelas dívidas que contraiu e era incapaz de saldar. Ele se matou no cemitério, ao lado do túmulo da esposa.

Considerações finais:

A morte põe fim à tristeza, desamor, desilusão, vergonha. Ela encerra as dívidas e os falatórios. É considerada, ao que percebemos nas cartas, uma ruptura, mas que segue carregada de pedidos de perdão e de justificativas. Há confiança no perdão divino e terreno. Há também a subjetividade e a construção do segredo entre enunciador e enunciatário a quem o primeiro pede a destruição da carta.

O suicídio foi posto sob vigilância e passou a fazer parte dos discursos de disciplinarização e medicalização dos corpos no Brasil ainda no século XIX. Comparados a “loucos, prostitutas, alcoólatras, devassos e tantos outros considerados “anormais”, os suicidas também foram enquadrados como infames, portadores e produtores de desordens, que precisavam ser reconhecidos, curados e normatizados”⁵⁰. Os suicidas passaram, ao longo da história moderna e contemporânea, de pecadores a resistentes às normas sociais, de desejos conscientes a doentes mentais que precisavam de medicalização e que, assim, não poderiam ser julgados moralmente por seus atos. O suicídio foi estudado como doença hereditária e como resultado de vícios e degenerações. Foi o triunfo do saber médico sobre os corpos suicidas e o afastamento desses sujeitos às questões sociais que poderiam motivá-los à morte. Apenas os discursos médicos e religiosos não eram interditados ao tema.

Sobre esses corpos eram geridas séries de interdições: a interdição da justiça que o considerava corpo violento, a interdição da medicina que o considerava louco, a interdição da sociedade e do mercado que o considerava improdutivo, desvirtuado e a interdição da religiosidade que o considerava pecador e fadado ao limbo ou ao inferno. Era preciso conter esses corpos. Era preciso entender/racionalizar essas mortes. Entre os discursos das

testemunhas analisadas, observamos que havia uma tentativa de tornar o suicídio aceitável. Para isso, o suicida precisava ser “louco”, não somente ou necessariamente a loucura expressa na demência, mas a loucura, ainda conforme Lopes, permitiria ao suicida um lugar entre os doentes e não entre os pecadores. Havia ali então uma hierarquia da dor que construía uma escala do suportável, ou aquilo que se esperava que um sujeito pudesse suportar no seu cotidiano e nos momentos de excepcionalidade, e aquilo que não poderia ser suportado e poderia causar desequilíbrios irreversíveis. A morte voluntária estaria então justificada.

Em se tratando de mortes auto infringidas, a polícia não costumava aprofundar as investigações. Muitos inquéritos nem mesmo ouviam testemunhas que pudessem falar sobre indícios pregressos que permitissem “comprovar” o suicídio. Muitas dessas mortes não tiveram investigação. A fala de uma testemunha muitas vezes foi considerada suficiente pela polícia para encerrar as investigações e afirmar à promotoria a certeza do suicídio. No ano de 1958 houve um crescimento considerável no número de casos. No entanto, justamente neste ano, os inquéritos policiais que tratavam dos suicídios se tornaram peças extremamente curtas e marcadas pela ausência de depoimentos de testemunhas. Bastou à polícia, naquele ano, a observação do corpo e do local onde este foi encontrado. As motivações que poderiam levantar suspeitas sobre o suicídio (se provocado por terceiros ou se era na verdade um homicídio) não foram levantadas.

Os discursos produzidos pelas testemunhas e pelos próprios suicidas em pouco se diferenciavam. Ambos focavam em aspectos que envolviam o desejo de realização profissional, a força de uma doença ou o medo do abandono. As testemunhas procuravam por motivos que servissem como justificção para o ato e ao mesmo tempo permitissem a preservação da memória do morto e a honra da família deste. O único aspecto que os distancia é o uso do argumento da debilidade mental do suicida. Nenhum dos suicidas associou a própria morte a “fraqueza psicológica”, diferentemente do que fizeram as testemunhas em vários dos casos analisados. Mas, a diferença maior a ser observada está nos discursos produzidos sobre suicídios de homens em comparação aos de mulheres. Pudemos observar que estes, na visão das testemunhas, caminhavam por sentidos diferentes. Enquanto para as mulheres o suicídio teria vinculação direta a situações vivenciadas no âmbito privado, com especial enfoque para questões de honra e relações amorosas, para os homens, embora essas temáticas também fossem a tônica de alguns discursos, adentravam a esse espaço as explicações de foro público, como embriaguez, trabalho e finanças.

Essas explicações encontradas pelas testemunhas demonstram a diferenciação dos

universos sociais vividos por homens e mulheres, mas ao mesmo tempo os aproxima quando tratam de questões privadas: ambos sofriam pressões vinculadas ao exercício da sexualidade (as mulheres pelo defloramento e os homens pela virilidade, ou seja, elas pela negação e eles pela exigência de realização sexual). Em ambos os casos, de homens ou mulheres, observamos que as testemunhas procuravam evidenciar a medida do suportável e aquilo que, ao ver dessas pessoas, poderia levar um sujeito ao suicídio. Essa hierarquia da dor era, podemos entender, partilhada pelas pessoas e não vivida apenas pelo suicida. Ao buscarmos justificativas para a ação do suicida, as testemunhas refletiam em suas falas o que também lhes afligia, pois partilhavam com o morto as mesmas experiências e pressões sociais, compreendendo que determinadas pressões poderiam ser insuportáveis. Falar sobre a morte do outro era, para essas testemunhas, um exercício de empatia e de auto regulação.

Notas:

¹ WOLFF, Francis. Devemos temer a morte? In: NOVAES, Adauto (org). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 23.

² A temática da morte tem sido discutida por historiadores como Philippe Ariès, no famoso livro “A história da Morte no Ocidente”, ou mesmo na obra “O homem diante da morte” e o estudo sociológico “A solidão dos moribundos” de Norbert Elias. No Brasil, um autor que se destacou nessa temática foi João José Reis na obra “A morte é uma festa”. No entanto, estudos específicos sobre o suicídio ainda são poucos no âmbito historiográfico, destacando-se estudos na área de ciências sociais, como a obra “O que é suicídio”, de Roosevelt Cassorla.

³ WADI, Yonissa Marmitt; SOUZA, Keila Rodrigues de. Suicídio e escrita autobiográfica: cultura, relações de gênero e subjetividades. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

⁴ MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

⁵ De acordo com Wadi e Souza (2009), a observação do suicídio como problema social é a mais recente nos campos da sociologia, antropologia e história. Diferente de outras áreas do conhecimento que se voltaram para as excepcionalidades individuais que levam ao suicídio, as ciências sociais e humanas buscam o entendimento desses atos como não isolados desde o final do século XIX e a publicação da obra “O Suicídio” de Durkheim.

⁶ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

⁷ WADI; SOUZA, Op. Cit., p. 93-94

⁸ LOPES, Fabio Henrique. Do suicídio e dos corpos: histórias e problematizações. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

⁹ As fontes estão localizadas no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava. Neste artigo mantivemos apenas o primeiro nome dos personagens analisados.

¹⁰ A categoria analítica de gênero procura problematizar os conceitos de masculinidade e feminilidade os retirando da naturalização que os fixa ao sistema binário sexo/gênero para compreendê-los como construções histórico-sociais vinculadas a contextos sociais específicos que determinam modelos de comportamento constitutivos de identidades de gênero. Sobre a definição do conceito ler Joan Scott (1990).

¹¹ ESTADO DO PARANÁ. **Censos demográfico e econômicos**. Série regional. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

¹² MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alan; COUTRINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História do Corpo**: As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

¹³ WADI; SOUZA, Op. Cit., p. 93.

¹⁴ CORRÊA, Mariza. **Morte Em Família**: Representações Jurídicas de Papeis Sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- ¹⁵ LOPES, Op. Cit., p. 273.
- ¹⁶ Idem, p. 266.
- ¹⁷ Um dos médicos que defendia a criminalização do suicídio era Nicoláo Joaquim Moreira.
- ¹⁸ FERREIRA, Jackson André da Silva. **Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX**. Programa de Pós-Graduação em História Social (Dissertação de Mestrado). UFBA, Salvador, 2004, p.48.
- ¹⁹ 17 anos, branca. Inquérito 3942, instaurado em 1952. Caixa 214.
- ²⁰ 18 anos, solteira, doméstica. Inquérito 4282 instaurado em 1956. Caixa 234.
- ²¹ 20 anos. Inquérito 4407 instaurado em 1957. Caixa 240.
- ²² Inquérito 3973 instaurado em 1953. Caixa 216.
- ²³ 55 anos, viúvo. Inquérito 3957 instaurado em 1953. Caixa 215.
- ²⁴ 20 anos, solteiro, motorista. Inquérito 3693 instaurado em 1950. Caixa 199.
- ²⁵ FERREIRA, Op. Cit., p. 21.
- ²⁶ 26 anos, solteiro. Inquérito 4569 instaurado em 1958. Caixa 248.
- ²⁷ 20 anos, solteira. Inquérito 4538 instaurado em 1958. Caixa 246.
- ²⁸ 75 anos, viúva, morena. Inquérito 4685 instaurado em 1959. Caixa 254.
- ²⁹ 19 anos, solteira, doméstica, morena clara. Inquérito 4591 instaurado em 1958. Caixa 249.
- ³⁰ 21 anos, solteiro, padeiro, moreno. Inquérito 4592 instaurado em 1958. Caixa 249.
- ³¹ Sobre espaços de divertimento em Guarapuava ler: “Crônicas da alta sociedade”, ALVES MARIA, 2010.
- ³² 21 anos, solteiro, lavrador, negro. Inquérito 3789 instaurado em 1951. Caixa 205.
- ³³ 18 anos, solteira, doméstica, morena. Inquérito 3978 instaurado em 1953. Caixa 216.
- ³⁴ 14 anos, lavrador. Inquérito 4271 instaurado em 1956. Caixa 233.
- ³⁵ 30 anos, casado, operário, branco. Inquérito 4181 instaurado em 1955. Caixa 228.
- ³⁶ 62 anos, casado, do comércio, branco, do comércio. Inquérito 4305 instaurado em 1956. Caixa 235.
- ³⁷ Exaustão física e psicológica, nervosismo e sensibilidade aumentada, humor depressivo.
- ³⁸ O termo “fraqueza cerebral ou mental” foi utilizado em outros casos, como o da jovem Presciliana, sobre a qual só sabemos que era “preta”. Ela vivia em companhia de uma senhora que não era sua parente e o comportamento da jovem foi descrito pelas testemunhas como irrepreensível. Mas, pouco antes do suicídio, a jovem vinha demonstrando estar com problemas psicológicos, pois chorava, pedia socorro e tinha medo da polícia. A senhora com quem ela morava entendeu ser esse comportamento sintoma de perturbação mental e solicitou que comprassem medicamentos para a jovem.
- ³⁹ Foi o que fez Augusto Bittencourt, amigo de Manoel Teixeira Maciel, médico que se suicidou no Rio de Janeiro em 1878. Para Bittencourt, Maciel só poderia estar doente, pois tinha talento, disposição para o trabalho, estava de casamento marcado, então não possuía motivos externos que o levassem ao suicídio. Somente uma doença mental poderia explicar. Ver Lopes, 2011, p. 269-270.
- ⁴⁰ 35 anos, solteiro, motorista de serraria, branco. Inquérito 3970 instaurado em 1953. Caixa 216.
- ⁴¹ 28 anos, casado, armeiro, branco. Inquérito 4549 instaurado em 1958. Caixa 246.
- ⁴² 22 anos, solteiro, branco. Trabalhava com o pai ajudando na administração do hotel da família. Inquérito 4133 instaurado em 1954. Caixa 225.
- ⁴³ Ao chegar ao bordel para matar Hercília e se suicidar, Antônio a encontrou em uma mesa com outros homens e pediu autorização para estes para que Hercília o acompanhasse, com a desculpa de que procurava por alguns pertences. O ato de pedir autorização para os outros homens para retirar Hercília da companhia dos mesmos parece ter sido um ritual de cordialidade entre os clientes do bordel, pois a presença da jovem na mesa junto a outros homens era uma prerrogativa de quem pagava por ela. A prostituta, neste sentido, se assemelha a uma escrava, que temporariamente é disposta como propriedade de um ou vários homens que sobre ela exercem direito e é para eles que se dirige outrem que com ela deseje contato.
- ⁴⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafios para o encontro da diferença. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lucia da Silva (ORGS). **Gênero e Práticas Culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 26.
- ⁴⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma História das Sensibilidades: em foco a masculinidade**. In. História: Questões e Debates. Curitiba: UFPR, Ano 18, nº 34, 2001.
- ⁴⁶ GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC, 2004.
- ⁴⁷ 57 anos, solteiro, motorista, apátrida. Inquérito 4797 instaurado em 1959. Caixa 258. Outro suicídio vinculado à doença incurável foi o de Carlos, alemão, branco, 47 anos, lavrador, solteiro, que vivia sozinho e sofria de uma

doença cardíaca. O corpo dele foi encontrado por vizinhos que alegaram que ele não tinha inimizado com ninguém, sendo estimado por todos, o que os levou a considerar que a doença o tenha motivado ao suicídio. A solidão de Carlos não foi considerada.

⁴⁸ A doença cardíaca de João, 34 anos, casado, o teria levado ao suicídio. Essa foi a única justificativa plausível encontrada pelas testemunhas, pois João “sempre estava em harmonia com sua família e nada lhe faltava” (inquérito 4408 de 1957, fl. 08). O pai de João acreditava que o filho viria um dia a se suicidar, pois, mesmo tendo se casado com “uma digna senhora” que jamais o “deu descontentamento”, desde o início do casamento João teria passado a apresentar “fraqueza mental”.

⁴⁹ 23 anos, viúvo, servidor público, moreno. Inquérito 4382 instaurado em 1957. Caixa 238.

⁵⁰ LOPES, Op. Cit., p. 253. Esse autor discorre sobre as teorias de Montesquieu e Voltaire sobre o suicídio como ato refletido, consciente, como desejo de resistência no século XVIII e a transformação do suicida em doente mental no século XIX e de que forma essa visão do suicida foi construída pela medicina social na Europa e no Brasil. Percorrendo os estudos publicados por médicos brasileiros ao longo do século XIX o autor observou que o suicídio foi alçado à categoria da loucura, podendo ser determinado por hereditariedade, idade, temperamento, profissão, excessos, desordens corporais, paixões, ódios e amor, mas que não deixavam mesmo assim de serem consideradas faltas graves diante da sociedade, que via um de seus integrantes romper voluntariamente com os laços que o prendiam ao grupo, e diante da religião, por retirar de Deus o poder de vida e morte sobre o sujeito.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafios para o encontro da diferença. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lucia da Silva (ORGS). **Gênero e Práticas Culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- ALVES MARIA, Maurício Fraga. **Crônicas da alta sociedade: discursos, representações e cotidiano nas colunas sociais do jornal *folha do oeste*** (Guarapuava, pr, 1959-1964). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UNESP. Assis, 2010.
- ARIES, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- _____. **História Da Morte No Ocidente: Da Idade Média Aos Nossos Dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- CASSORLA, Rooselvelt M. S. **O que é suicídio**. Coleção Primeiro Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CORREIA, Mariza. **Morte Em Família: Representações Jurídicas de Papeis Sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Presença, 1996.
- Elias, Norbert. **A Solidão Dos Moribundos: Seguido de “Envelhecer E Morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ESTADO DO PARANÁ. **Censos demográfico e econômicos**. Série regional. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- FERREIRA, Jackson André da Silva. **Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX**. Programa de Pós-Graduação em História Social (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC, 2004.
- LOPES, Fabio Henrique. Do suicídio e dos corpos: histórias e problematizações. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma História das Sensibilidades**: em foco a masculinidade. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, Ano 18, nº 34, 2001.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alan; COUTRINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História do Corpo**: As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.
- WADI, Yonissa Marmitt; SOUZA, Keila Rodrigues de. Suicídio e escrita autobiográfica: cultura, relações de gênero e subjetividades. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso (orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- WOLFF, Francis. Devemos temer a morte? In: NOVAES, Aduino (org). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac, 2007.